

**VI Seminário Internacional**

# **políticas culturais**

**26 a 29 de maio de 2015**

**Rio de Janeiro**

edição

**Fundação Casa de Rui Barbosa**

ISBN 978-85-7004-332-0

organizadores

**Lia Calabre**

**Mauricio Siqueira**

**Deborah Rebello Lima**

**Adélia Zimbrão**

realização

**Itaú  
cultural**

 **BSERVATÓRIO**  
Itaú Cultural

FUNDAÇÃO  **Casa de Rui Barbosa**  
MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA



# **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**

Organizadores:

Lia Calabre  
Mauricio Siqueira  
Adélia Zimbrão  
Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro  
De 26 a 29 de maio de 2015  
Edições: Fundação Casa de Rui Barbosa



Seminário Internacional Políticas Culturais (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)  
Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de  
2015, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação  
Casa de Rui Barbosa, 2015.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://wwwhttp://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-332-0

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,  
Adélia, org. IV. Deborah Rebello Lima, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



26 a 29 de maio de 2015

## PONTOS DE CULTURA EM PERNAMBUCO: PONTOS E CONTRAPONTO

Cesar de Mendonça Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trouxe uma reflexão sobre os Pontos de Cultura de Pernambuco, conveniados à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). O objetivo é analisar a situação em que se encontram os Pontos de Cultura em Pernambuco sob a ótica dos respectivos gestores. Este estudo tomou como base a pesquisa “A estadualização dos Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco” realizada pela Fundação Joaquim Nabuco. Para atender ao objetivo do trabalho, analisaram-se os depoimentos dos gestores sobre os pontos e contrapontos que retratam o seu cotidiano. Esse artigo vem reforçar o valor conferido aos Pontos de Cultura junto à sociedade, bem como subsidiar as diversas instituições que procuram essa iniciativa governamental. Presta-se, portanto, ao interesse de gestores e pesquisadores em Políticas Públicas Culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pontos de Cultura, Pernambuco, Fundarpe.

### INTRODUÇÃO

Este breve estudo tem como base a pesquisa “A estadualização dos Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco” realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, cuja pesquisa avaliou os Pontos de Cultura do Estado de Pernambuco conveniados diretamente pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), a fim de subsidiar aqueles que trabalham com políticas públicas culturais no Estado.

Para analisar os Pontos de Cultura de Pernambuco, registramos os pontos positivos e negativos dessa Política Pública implementada pela Fundarpe/Ministério da Cultura (MinC).

A elaboração da pesquisa iniciou com a compreensão de políticas públicas como um conjunto de ações coordenadas com o fim precípuo de atender às necessidades do público.

O trabalho está estruturado em seções. Primeiro discorremos sobre o Programa Mais Cultura, em que destacamos que os Pontos de Cultura como a principal ação do Programa Cultura Viva. Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos que nos guiaram à construção do estudo, seguindo das análises dos dados, para então pontuar as nossas conclusões.

### PERNAMBUCO E O PROGRAMA MAIS CULTURA

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Cultura pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro / Vila Real - Portugal; Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco; cesar.pereira@fundaj.gov.br



26 a 29 de maio de 2015

Em 4 de outubro de 2007, por meio do Decreto 6.226, o Governo Federal lançou o Programa Mais Cultura, que sinalizava investimento de 4,7 bilhões na área cultural no período de 2007 a 2010. O Programa Mais Cultura apresenta três linhas de ação, a saber: Cultura e Cidadania, Cidade Cultural e Cultura e Renda. Os Pontos de Cultura fazem parte da linha de ação Cultura e Cidadania, portanto inseridos no Programa Mais Cultura.

Os Pontos de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva, passam a fazer parte do Programa Mais Cultura<sup>2</sup>; com isso, os governos estaduais celebram convênio com o Ministério da Cultura e a partir de processos seletivos por meio de editais devidamente padronizados para todo o território brasileiro, inicia-se então a estadualização dos Pontos de Cultura. Uma das exigências do convênio era equilibrar as oportunidades entre os municípios, através da distribuição dos Pontos em todo o território do Estado. Em Pernambuco, utilizou-se a divisão, já existente, denominada “Região de Desenvolvimento”.<sup>3</sup> Os convênios celebrados entre o MinC e os Estados são operacionalizados através das Secretarias Estaduais de Cultura, Fundações de Cultura Estaduais ou subsecretarias; no caso de Pernambuco, o convênio foi celebrado entre o Minc e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

Quanto aos recursos para o funcionamento dos Pontos, os governos estaduais são os responsáveis pelo repasse de R\$ 180.000,00 para um projeto de três anos, sendo realizado em três parcelas anuais de R\$ 60.000,00. Cada parcela deverá ser devidamente comprovada pelo Ponto de Cultura, como efeito de prestação de contas, para que as demais parcelas sejam liberadas. Dessa feita se dinamiza a execução da transação orçamentária em benefício dos Pontos de Cultura, sem as dificuldades apresentadas quando a gestão dos Pontos era realizada pelo Ministério da Cultura. O recurso de cada parcela pode ser contabilizado sob a forma de capital e custeio. Isso controla os gastos dos respectivos Pontos. Além disso, divulga-se nos editais que é de responsabilidade do Ponto de Cultura a aquisição do *kit* multimídia no valor de R\$ 20.000,00, pelo menos, para implementar a ação Cultura Digital, sendo previamente comunicado que esse recurso não deve ser utilizado para quaisquer outros tipos de atividades, inclusive taxas de água, luz e imposto, o que se configura em um diferencial dos editais

<sup>2</sup> O programa Mais Cultura, instituído por decreto implementado pelo governo Lula, em 2007, segue as seguintes diretrizes: a) Contribuir para o acesso à produção de bens culturais; b) Promover a autoestima, o sentimento de pertencimento e a cidadania; c) Dinamizar os espaços culturais dos municípios; d) Gerar oportunidades de emprego e renda.

<sup>3</sup> A divisão do território de Pernambuco em doze Regiões de Desenvolvimento – RD tem como orientação as características socioeconômicas e geográficas.



26 a 29 de maio de 2015

geridos pelo MinC, nos quais não constavam essa informação, causando diversos problemas na prestação de contas.

Ao término do convênio, cabe aos Pontos de Cultura o encaminhamento de um relatório detalhado, incluindo a prestação de contas final. Para cumprir aos propósitos dos editais, cada ponto deve apresentar não só os resultados obtidos como também os impactos socioculturais alcançados. Por fim, realiza-se uma enquete entre a comunidade local para aferir o grau de satisfação alcançado pelo trabalho realizado pelo respectivo Ponto de Cultura (Brasil, 2008, p. 9). Verifica-se assim maior facilidade na implementação da política pública cultural em benefício das comunidades. Os Pontos de Cultura estabelecem a convergência entre o Estado e a sociedade, e, mediante suas ações, confere autonomia, empoderamento e protagonismo à comunidade local.

Visando à implementação descentralizada de ações do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmou acordo de cooperação com o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) em 8 de maio de 2008, a qual lançou edital em 30 de junho de 2008, visando à criação de 10 Pontos de Cultura em cada uma das 12 Regiões de Desenvolvimento (RD) do Estado, totalizando 120 Pontos de Cultura conveniados diretamente com a Fundarpe com recursos oriundos do Programa Mais Cultura.

O idealizador dos Pontos de Cultura, Célio Turino, explica como acontece o processo - “o ministério transfere recursos e são os estados ou municípios de grande porte que lançam editais e transferem recursos para as entidades, além de fazer o acompanhamento”- e destaca as muitas vantagens deste novo processo: “o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados...; agrega novos recursos... e tornar a seleção e acompanhamento mais próximos da realidade local” (TURINO, 2009, p. 167).

De acordo com o Edital, as entidades participantes não poderiam visar lucro (entidades sem fins lucrativos), ser de natureza cultural com atuação autônoma, tais como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural como associações civis, fundações privadas, ou organização titulada como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada, há pelo menos dois anos, na área cultural de Pernambuco. Foram contempladas na seleção ações continuadas nas áreas de culturas populares, grupos étnicos culturais, patrimônio material, audiovisual e radiodifusão, culturas digitais, gestão e formação



26 a 29 de maio de 2015

cultural, difusão do conhecimento, pensamento e memória, expressões artísticas, e/ou ações transversais.

A Fundarpe, após o lançamento do Edital, promoveu uma série de capacitações nas 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado com o objetivo de habilitar os indivíduos à formatação do projeto a ser apresentado. Realizaram 17 módulos, entre os dias 11 de agosto e 23 de setembro de 2008, nos municípios de Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Caruaru, Fernando de Noronha, Garanhuns, Limoeiro, Nazaré da Mata, Olinda, Palmares, Petrolândia, Petrolina, Recife e Salgueiro, alcançando 278 instituições e 621 pessoas. Para a coordenadora do Programa Mais Cultura da Fundarpe, Martha Figueiredo (2008), "Não adiantaria somente lançar o edital na rua, mas era preciso também torná-lo conhecido e mais acessível, através de palestras e oficinas em cada região".

No I Concurso de Seleção para Implementação de Pontos de Cultura do Estado, foram apresentadas 148 propostas, 76 das quais foram enviadas por grupos da Região Metropolitana do Recife (RMR). Do total de projetos apresentados, 22 foram desabilitados por apresentarem problemas na documentação apresentada ou não se enquadrarem no Programa. Em novembro de 2008 a Fundarpe divulgou a relação dos 126 projetos habilitados e em dezembro apresentou o resultado final com 81 projetos aprovados. Aconteceu a não assinatura do convênio com uma instituição neste edital.

Como o Programa previa a implantação de 120 Pontos de Cultura no Estado a Fundarpe lançou novo Edital em setembro de 2009 para o preenchimento das quarenta vagas restantes. Nesta versão recente do Edital de Seleção para Implementação de Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco, foram apresentados 161 projetos, 82 foram inabilitados por apresentarem problemas na análise documental, que segundo o edital é de caráter eliminatório. Dos 79 projetos habilitados, foram selecionados 50 divulgados em 04 de junho de 2010. Apesar da previsão de 40 novos Pontos de Cultura, aconteceu uma articulação entre a Fundarpe e a Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura (RRNE/MinC) permitindo a inclusão de 10 pontos, o que não foi observado na prática, ou seja, os Pontos previstos pela articulação Fundarpe/MinC não assinaram o contrato até junho de 2012. Estes projetos selecionados estão distribuídos nas 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, assim distribuídos: Região Metropolitana (46), Mata Norte (13), Mata Sul (5), Agreste Central (9), Agreste Meridional (9), Agreste Setentrional (5), Sertão Central (4), Sertão do Araripe (4), Sertão do Moxotó (5), Sertão do Pajeú (7), Sertão do São Francisco (9) e Sertão de Itaparica (3).



26 a 29 de maio de 2015

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo partiu de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa em que se tomou como base parte dos resultados da pesquisa sobre os Pontos de Cultura em Pernambuco realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em 2013.

O procedimento que se tomou foi selecionar inicialmente alguns itens do questionário da pesquisa maior para análise dos depoimentos dos informantes (gestores dos Pontos de Cultura), com o fim de atender ao propósito deste artigo, que é apresentar a situação em que se encontram os Pontos de Cultura em Pernambuco sob a ótica dos respectivos gestores.

Do questionário aplicado aos gestores sintetizamos as indagações as quais giravam sobre a contribuição dos pontos e seu impacto na comunidade, a atuação da Fundarpe, bem como a motivação para que uma instituição se torne Ponto.

## **ANALISANDO OS RESULTADOS**

Percebemos pelos depoimentos a relevância dos Pontos de Cultura no âmbito sociocultural e econômico. Os gestores destacaram a contribuição dos pontos de culturas para a comunidade, que pode ser inferida das seguintes expressões por eles utilizadas, quais sejam: “elevação da autoestima (...) eles se sentiam mortos e agora se sentem vivos”; “resgate da cultura local”; “geração de renda”; “tirar o jovem da ociosidade”; “retirou crianças da condição de vulnerabilidade social”; “mudança para melhor, no comportamento das crianças e jovens da comunidade”; “deu vida as crianças, aos jovens e, de certa forma, aos pais... à família de um modo geral”; “fortalecimento da cultura/identidade local”; “fortalecimento do protagonismo juvenil”; “depoimentos de pais indicam a mudança de comportamento dos jovens para melhor”; “reconhecimento por parte do Estado, do fazer cultural local”; “o jovem como agente multiplicador: o jovem recebe a capacitação e tem que repassar para a sua comunidade”; “fez com que o município valorizasse a sua identidade cultural”; “empoderamento dos jovens”; “ressignificou o sentido da comunidade: fomos vistos sem ser pelo lado da marginalidade”; “mudança de olhar”; “tirar o estigma da violência e do tráfico de drogas da comunidade”; “inserir pessoas em espaços que antes não figuravam”.

Diante de tanta demonstração de positividade em relação aos Pontos de Cultura, pode-se verificar o reconhecimento dos entrevistados quanto à sua importância não somente no âmbito econômico, como também no aspecto sociocultural.



26 a 29 de maio de 2015

Quanto ao impacto dos Pontos de Cultura na comunidade, os gestores destacaram estas alternativas: “maior credibilidade aos Pontos de Cultura”; “empoderamento dos grupos trabalhados”; “fortalecimento institucional”; “mudanças no comportamento dos jovens e dos hábitos culturais das comunidades”; “reconhecimento dos trabalhos dos Pontos” e “resgate dos indivíduos em situação de vulnerabilidade”, “Mudança comportamental nos jovens”; “Processo de alteridade, a juventude está mais confiante”; “Elevação da autoestima dos jovens da região”; “Conscientizar a comunidade que somos capazes de conseguir algo”. De acordo com essas opiniões, observa-se que os Pontos de Cultura têm um papel fundamental de empoderamento comunitário, em especial junto aos jovens.

Cabe registrar mais algumas alternativas sugeridas pelos coordenadores, referentes aos impactos causados pelos Pontos de Culturas: “Movimentou a cena cultural do município, nós temos uma cidade rica em artistas e o Ponto proporcionou o conhecimento desses artistas”; “Articular as manifestações culturais locais para um amadurecimento do fazer cultural”; “Reconhecimento por parte dos poderes públicos do trabalho existente”; “Aumentou o censo crítico da comunidade, criticar o que não estava correto”; “Os beneficiados se sentiram vivos, os olhos deles brilharam”.

Alguns depoimentos nos chamaram a atenção durante a pesquisa empírica: “Perdi três crianças para as pedras<sup>4</sup>”, referindo-se a três adolescentes que sucumbiram por conta do uso do *crack*; “Recuperação de crianças em risco social” e “Resgate de vidas” são depoimentos marcantes, sobretudo o primeiro em que uma coordenadora lamenta ter perdido integrantes de seu Ponto para uma das drogas mais violentas. Isso mostra a pertinência da criação de políticas públicas culturais, a exemplo dos Pontos de Cultura, para que haja redução da exposição de jovens às mazelas contemporâneas.

Quanto à atuação da Fundarpe pontuamos a seguir as dificuldades apresentadas pelos entrevistados na gestão dos Pontos e suas expectativas em relação a uma atuação proativa da Fundarpe junto aos Pontos de Cultura.

Entre as principais dificuldades que enfrentam na gestão dos Pontos, os entrevistados destacaram: “excesso de exigências jurídico-legais”; “falta de orientação da Fundarpe”; “a comunidade cobra a continuidade das ações, ficando o Ponto de mãos atadas esperando a boa vontade da Fundarpe”; “a demora existente entre a análise de uma prestação de conta e a liberação da parcela seguinte ocasiona a quebra do ritmo de trabalho”; “a Fundarpe não tem

---

<sup>4</sup> Forma como o *crack*, subproduto da cocaína, é conhecido popularmente.



26 a 29 de maio de 2015

equipe para dar encaminhamento aos processos, as questões dos Pontos parecem ficar em último lugar nas prioridades”.

Outro sério problema apresentado tem relação com o procedimento de compra de material, como efetuar uma compra, em 2012, de um produto orçado no momento da elaboração da proposta ao edital, em 2008, quando não existe a possibilidade de reajuste.

Seguem outros depoimentos relevantes: “Os participantes do Ponto não tinham experiência em gestão cultural e cometeram uma série de erros na prestação de conta e tudo indica que a Fundarpe extraviou a prestação de conta entregue”; “temos que dividir a responsabilidade no atraso de recursos com a Fundarpe. Nós sabemos a nossa arte do bordado, a burocracia nós não entendemos”. “O Programa está cheio de detalhes desnecessários, foi um copia e cola do MinC para a Fundarpe e não consertaram nada”.

A partir desses depoimentos entende-se que os referidos coordenadores admitem a fragilidade existente, mas consideram que tal dificuldade seria facilmente contornada com uma capacitação eficiente. Sobre os detalhes no Programa, o coordenador destacou a imensa falha cometida pelo convênio celebrado entre Fundarpe e MinC.

Tais dificuldades já apareceram desde a época em que os Pontos de Cultura estavam ligados diretamente ao MinC. Pensava-se que com a estadualização dos Pontos essas dificuldades fossem suprimidas. Como, no entanto, acabar com os problemas se nada foi feito no sentido de extingui-los? O MinC tinha conhecimento dos empecilhos existentes, detectados na pesquisa realizada no decorrer dos anos de 2007 e 2008 pelo Ipea e Fundaj e com os resultados publicados em 2010<sup>5</sup>. Ainda assim deram continuidade ao Programa sem os devidos ajustes.

Outra dificuldade apontada pelos gestores foi com relação aos impactos causados pelo atraso no pagamento dos recursos. Em face dos atrasos nos recursos, alguns dos coordenadores optaram por manter as atividades dos Pontos de Cultura normalmente. Outros afirmaram que o atraso trouxe desmotivação, frustração e desmobilização. Foi citada ainda a defasagem do valor dos equipamentos a serem adquiridos pelos Pontos e o enfraquecimento das atividades. São apresentadas a seguir outras respostas que demonstram a insatisfação com o atraso dos recursos: “abalou a credibilidade”; “gerou expectativa nos alunos, instrutores e, de repente, para tudo”; “criou expectativa na comunidade”; “desmotivação dos mestres”; “interrupção do desenvolvimento emocional dos alunos”; “descontinuidade das atividades dos

---

<sup>5</sup> Cf. Silva e Araújo: 2010



26 a 29 de maio de 2015

Pontos de Cultura”; “causou desconfiança na comunidade com relação aos integrantes do grupo”, entre outras.

Um fato que merece destaque é a quebra de confiança da comunidade com relação aos coordenadores dos Pontos que são lideranças locais. Os integrantes da comunidade não têm a percepção de que a culpa da interrupção dos trabalhos não se deve integralmente aos coordenadores e sim à Fundarpe. Um depoimento que chamou atenção foi o de um coordenador que afirmou que não tinha condições de comprar nenhum objeto para a sua residência com recursos próprios, que os vizinhos o acusavam de ter comprado uma cadeira de balanço com o dinheiro do Ponto e que o coordenador estava roubando.

Como se pode absorver das impressões dos coordenadores, as críticas relacionadas à Fundarpe são constantes: falhas de comunicação, ausência da instituição gestora do Programa e de capacitação. Cabe destacar um depoimento que demonstra a dificuldade da Fundarpe em gerir o processo: “A Fundarpe nunca ultrapassou a cidade de Arcoverde, que é a porta de entrada do Sertão... nunca esteve na região, a não ser quando tem algum Festival. Fora isso, para ver os Pontos de perto, nunca veio”.

Diante dessas dificuldades, os gestores apresentam suas expectativas para uma melhor atuação da Fundarpe: “Cursos para treinar equipe”; “Envio de equipe da Fundarpe para assessoria na gestão”; “necessidade de uma maior presença por parte da Fundarpe”; “treinamento para as prestações de conta”; “liberação de verba para contratação de funcionário fixo nos Pontos”; “aumento do número de funcionários que atendem aos Pontos na Fundarpe”; “capacitação para a utilização da verba disponibilizada”; “maior acompanhamento dos projetos”; “auxílio na divulgação daquilo que está sendo produzido pelos Pontos”; “agilizar a resposta das dúvidas apresentadas pelos Pontos”; “cumprir o que está no contrato: As pessoas correram atrás para aprender, não houve acomodação”; “acompanhar o projeto”; “treinar para o processo de prestação de conta”; “maior aproximação com os Pontos”.

Há uma constante reclamação dos coordenadores com relação à demora da Fundarpe em responder às demandas dos Pontos, devido ao número pequeno de servidores que trabalham em atendimento aos Pontos. No contrato celebrado entre as partes existe uma cláusula prevendo a capacitação para a gestão dos Pontos, tal treinamento nunca aconteceu. A informação que os coordenadores passaram foi da existência de oficinas dentro da programação do Festival Pernambuco Nação Cultural. Há um consenso que esse tipo de capacitação não atente às necessidades dos Pontos por acontecer durante um período festivo e



26 a 29 de maio de 2015

ser bastante superficial. O que se pode inferir é a necessidade de uma ação mais pontual da parte da Fundarpe, ou seja, um atendimento personalizado, pois cada Ponto tem suas especificidades.

Durante o trabalho de campo, foi uma constante ouvir dos coordenadores que a Fundarpe em momento algum esteve presente: “na assinatura do contrato nos foi prometido visitas técnicas, orientação e fiscalização, até hoje esperamos”.

Observe-se um depoimento que chamou a atenção: “Vejo a Fundarpe em uma situação de ser ajudada e não de ajudar ninguém”. Com isso refletimos sobre a situação a que chegou a relação entre a Fundarpe e Pontos de Cultura, que contrasta com a filosofia do Programa Cultura Viva.

Em relação à motivação que levou as instituições a tornarem-se Pontos de Cultura foram pontuadas pelos gestores nas entrevistas: “busca de recursos para as atividades”; “ampliação de atividades já realizadas”; “preservar / valorizar memórias”; “retirar jovens das drogas e prostituição”; “valorização da cultura local”; “fugir da cultura do palco, uma ação voltada para a base”; “tirar crianças e jovens da rua”; “a experiência bem sucedidas de pontos da região”; “dar um caráter mais técnico às ações desenvolvidas”; “fortalecer manifestações existentes”; “empoderamento popular”; “consolidar as atividades desenvolvidas”; “resgatar vidas através da música”; “reconhecimento do nosso fazer”.

Conforme já pontuado, foram muitas as motivações para que as instituições pudessem se tornar Pontos de Cultura. Havia uma preocupação em atender as necessidades de crianças e jovens como também das atividades já executadas por essas instituições.

Os gestores apresentaram sugestões de como a Fundarpe poderia potencializar o papel dos Pontos de Cultura, a saber: “simplificação de procedimentos”; “maior comunicação institucional” ; “capacitação para as equipes dos Pontos”; “mecanismos de apoio à comercialização dos produtos culturais”; “maior fiscalização (presença) e menos burocracia”; “fiscalizar a ação e não a documentação”; “participação da Fundarpe de maneira constante”; “visitas constantes da Fundarpe”; “a Fundarpe agilizar a resposta das dúvidas apresentadas pelos Pontos”; “equipe presencial da Fundarpe para orientar os procedimentos”; “retomar o projeto com uma capacitação para efetuar a prestação de conta”; “treinamento em prestação de conta”; “promover encontros para discutir o processo”; “conhecer as regiões onde atuam os Pontos”; “mais clareza com relação aos procedimentos”.



26 a 29 de maio de 2015

## CONCLUSÃO

Este artigo tratou sobre os Pontos de Culturas em Pernambuco, com o propósito de apresentar a situação em que se encontram. Para tanto foram utilizados, como instrumento de coleta de dados, os depoimentos de seus respectivos gestores a partir dos quais puderam-se levantar os pontos e contrapontos constantes em seu cotidiano.

Os principais pontos favoráveis em relação a pertinência dos Pontos de Cultura e sua contribuição para a comunidade foram a valorização da criança e adolescente, contribuindo para retirá-los de situação de vulnerabilidade social. Outra relevância apresentada foi a sua contribuição no âmbito sociocultural e econômico.

Outro ponto favorável foi quanto ao amadurecimento das instituições conveniadas as quais obtiveram visibilidade junto as três esferas governamentais, como também a divulgação da cultura local que anteriormente passava despercebida pela comunidade e que com o trabalho dos Pontos passou a ter mais espaço. Além do mais, verificou-se que os Pontos de Cultura contribuíram para o fortalecimento da identidade local.

Como nem tudo são flores, ao longo do trabalho registrou-se algumas dificuldades enfrentadas pelos gestores, segundo eles, em relação à atuação da Fundarpe. Podemos inferir certo distanciamento da Fundarpe em relação a muitos problemas que emergiam no desenvolvimento das ações dos Pontos, além da dificuldade de comunicação entre os Pontos e a Fundarpe.

Por fim, consideramos importante uma maior aproximação dessa Fundação com os Pontos de Cultura para que assim se estabeleça uma parceria proativa em prol do pleno desenvolvimento das propostas de trabalho dos respectivos Pontos e, conseqüentemente, possa se contribuir para a qualidade de vida da comunidade envolvida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de Seleção n. 01, de 26 de março de 2008. Dispõe sobre os pontos de cultura da Bahia.

FIGUEIREDO, Marta (2008): “Interiorização das ações da Fundarpe ganha força com Pontos de Cultura”. Internet. Disponível em: <http://www.nacaocultural.org.br/interiorizacao-das-acoes-da-fundarpe-ganha-forca-com-pontos-de-cultura?pagina=281> . (consultado em 22 de outubro de 2008).

SILVA, Frederico A. Barbosa da, e ARAÚJO, Herton Ellery (Org). *Cultura viva: Análise do programa arte educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010. 148p.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. 256p.